

1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30
31
32
33
34
35
36
37

ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA PLENÁRIA DO COMITÊ DA REGIÃO HIDROGRÁFICA DA BAÍA DE GUANABARA E DOS SISTEMAS LAGUNARES DE MARICÁ E JACAREPAGUÁ. No dia nove de fevereiro de dois mil e vinte e seis, segunda-feira às 13h00, no auditório do **IBAMA (Praça Quinze de Novembro, 42 – Centro, Rio de Janeiro – RJ)**, reuniram-se os membros do Comitê da Região Hidrográfica da Baía de Guanabara e dos Sistemas Lagunares de Maricá e Jacarepaguá – CBH-BG, conforme convocatória, com o seguinte ponto de pauta (pauta única): **1. Aprovação da Nota Técnica decorrente do Relatório Final do GT Chorume.** Na sequência, deu-se início aos debates às 13:44, sobre o ponto de pauta com esclarecimentos acerca da relação entre o relatório e a nota técnica, sendo indicado que a nota técnica se caracteriza como documento mais sintético e que haveria a necessidade de deliberação sobre o relatório para, posteriormente, ser emitida a nota técnica decorrente. Na apresentação, feita pelo Sr. Miguel Silva (Ecocidade), foi informado que foram realizadas visitas técnicas e tentativas de levantamento de dados em diferentes áreas, inclusive em locais considerados sensíveis do ponto de vista da segurança e do acesso. Registrou-se que, segundo a exposição, o problema do chorume não poderia ser tratado de forma homogênea, pois existiriam diferentes tipologias e idades de chorume, com composições e concentrações variadas, inclusive de elementos presentes na tabela periódica, e que, na região, haveria volume expressivo de chorume associado aos resíduos dispostos historicamente, tendo sido mencionada a ordem de grandeza de mais de um bilhão de litros por ano. Foi dado especial destaque ao antigo Aterro de Jardim Gramacho, situado em Duque de Caxias, encerrado em 2012, mas ainda apontado como grande fonte de contribuição de chorume, com referência ao fato de ter sido implantado sobre área de mangue, ao comportamento da maré e à ocorrência descrita como vazamento ou extravasamento em diferentes direções, inclusive para áreas associadas ao rio Sarapuí e à Baía de Guanabara. Foi relatado que houve termo de ajustamento de conduta envolvendo INEA e COMLURB e que o GT buscou apoio do Ministério Público e de universidades para avaliação técnica, inclusive com a demanda de apoio à iniciativa de pescadores que denunciavam a situação de Jardim Gramacho. Em seguida, a Sra. Drielly Vital dos Santos (FIOCRUZ - ENSP) fez uma apresentação técnica relacionada à vistoria e às análises realizadas com apoio da Fiocruz, na qual foram descritos pontos amostrais no rio Sarapuí e em áreas próximas ao antigo lixão, com sete pontos de coleta, sendo cinco analisados em conjunto mais amplo de parâmetros e dois considerados em função de



38 situação específica de mudança, além de referência aos marcos normativos
39 CONAMA 430/2011 e CONAMA 357/2005. Na exposição, foi informado que os
40 resultados físico-químicos indicaram oxigênio dissolvido zerado nos sete pontos
41 analisados, o que foi apresentado como indicador de qualidade insatisfatória da
42 água, bem como ocorrência de turbidez fora do limite em alguns pontos, excesso
43 de fósforo, alta condutividade e salinidade em pontos do manguezal, com
44 indicação de influência antrópica e de percolado. Berendonk Handam (FIOCRUZ
45 - ENSP) Também informou que o ponto mais a montante apresentou maior
46 contaminação por coliformes e Escherichia coli, indicando contribuição de esgoto
47 in natura, ao passo que pontos mais próximos do antigo lixão apresentaram menor
48 presença de bactérias, o que foi interpretado como possível influência de
49 substâncias químicas capazes de inibir sua proliferação. Quanto às análises de
50 metais, foi indicado que o ponto P2, associado à possível pluma de chorume,
51 apresentou maiores concentrações dos metais analisados; que os pontos P1 e P3
52 apresentaram concentrações similares, com diferença em relação ao cromo; que
53 o P6, localizado na saída do mangue, apresentou concentração elevada de
54 chumbo e cromo em relação aos limites da Resolução CONAMA 357/2005; e que
55 o P7 apresentou menor impacto por metais, mas maior impacto por saneamento,
56 em razão da presença de patógenos. Foi informado ainda que o Índice de
57 Qualidade da Água classificou pontos como ruins ou muito ruins, indicando água
58 imprópria para tratamento convencional e necessidade de tratamentos mais
59 avançados, e reforçou-se pedido de apoio financeiro para continuidade da
60 pesquisa, pois a metodologia demandaria quatro campanhas e apenas uma teria
61 sido realizada. Na sequência, o Sr. Luiz Constantino da Silva Juniro (SEAS) fez
62 manifestações técnicas sobre os resultados apresentados, sendo ponderado que
63 o oxigênio dissolvido zerado, embora grave e compatível com ambiente altamente
64 degradado, não permitiria, por si só, estabelecer nexos causais diretos com o
65 chorume, pois a variação de oxigênio em áreas estuarinas e de manguezal
66 poderia decorrer também de profundidade, temperatura, dinâmica natural e carga
67 orgânica e inorgânica. Foi registrado que a qualidade da água foi considerada
68 péssima e comparada a esgoto puro, mas que seria necessário cautela para
69 utilização dos dados em processos legais, sob risco de fragilizar eventual
70 responsabilização por ausência de sustentação suficiente do nexo causal. O Sr.
71 Márcio Franco da Costa (INEA) recomendou que as análises considerassem a
72 condição de maré no momento da coleta, em especial maré enchente ou vazante,
73 pois salinidade e condutividade poderiam ser influenciadas pela entrada de água
74 da Baía; foi sugerido o uso de laboratório credenciado para evitar contestação; e



75 foi apontada a necessidade de comparar efluente com a norma adequada e
76 corpos hídricos com os parâmetros próprios, evitando comparações indevidas
77 entre situações distintas. Também foi indicado que o IQA não contempla metais e
78 que parâmetros como toxicidade e amônio deveriam ser considerados, bem como
79 normas estaduais aplicáveis ao lançamento de efluentes. O Sr. Magno Neves, do
80 IBDA, solicitou informalmente o adiamento da aprovação do relatório final por 15
81 dias, justificando que o GT Chorume teria sido criado a partir de provocação do
82 Bahia Viva em 2018 ou 2019 e que o relatório precisaria incorporar o contexto
83 histórico da demanda, inclusive a proposição original apresentada ao INEA e
84 reconhecida, à época, como grave. registrou que a situação envolveria, além da
85 contaminação ambiental, adoecimento de pescadores de Duque de Caxias,
86 Saracuruna, rio Guaxindiba e outras áreas, relatando a existência de pescadores
87 com feridas que não cicatrizam e mencionando óbitos por câncer em
88 comunidades pesqueiras, o que, segundo ele, deveria estar documentado no
89 relatório. Afirmou que a discussão deveria considerar a Lei nº 12.305/2010, a
90 Política Nacional de Resíduos Sólidos e o contexto da desativação anunciada de
91 lixões no Estado do Rio de Janeiro, sustentando que houve propaganda pública
92 de cumprimento integral da lei sem que, em sua avaliação, se tivesse resolvido o
93 tratamento do chorume. Pediu a retirada de Guapimirim do relatório, afirmando que
94 o município possuiria uma das secretarias de meio ambiente mais atuantes e que
95 deveria ser feita leitura adequada de sua atuação. Sustentou que, em razão de
96 contaminações jurídicas e políticas do processo, seria estratégico que o Comitê
97 contasse com universidades públicas, Fiocruz, Instituto de Química da UFRJ,
98 UNIRIO e outras instituições qualificadas para monitoramento independente, com
99 financiamento do FECAM e do Comitê, destacando que universidades não têm
100 fim lucrativo, mas necessitam de recursos para bolsistas, doutorandos,
101 mestrandos, laboratórios e insumos. Nessa manifestação, foi mencionado que o
102 fundo teria contado anteriormente com valor de R\$ 400 milhões e que, no
103 exercício atual, os valores estariam entre R\$ 800 milhões e R\$ 1,2 bilhão,
104 conforme registrado na fala. Afirmou que o documento utilizava o termo “co-
105 tratamento” para chorume com esgoto sanitário e declarou que, em sua
106 compreensão, não existe co-tratamento de chorume com esgoto sanitário, mas
107 sim diluição, defendendo que o relatório desse nome correto às práticas
108 analisadas. Propôs, como encaminhamento, além da renovação e ampliação dos
109 acordos de cooperação com universidades, que as universidades fossem
110 chamadas a monitorar todas as situações de chorume, não apenas Jardim
111 Gramacho, e reiterou que não se poderia ignorar a situação dos pescadores,



112 afirmando que eles estariam adoecendo e morrendo. Sr. Miguel destacou que o
113 relatório do GT foi apresentado ao Plenário e que caberia ao Comitê transformar
114 ou não esse relatório em Nota Técnica, enfatizando que se estava discutindo uma
115 Nota Técnica e não apenas o relatório. Esclareceu que a participação da Fiocruz
116 teria nascido de demanda do Ministério Público, por meio do GAEMA, e que o
117 resultado dessa atuação ainda dependia de desdobramentos para que o Comitê
118 pudesse avaliar como contribuir. Miguel afirmou que instituições operadoras
119 realizam monitoramento por força de licença e encaminhamento ao INEA, mas
120 que essas informações não estariam acessíveis ao Comitê, defendendo a
121 abertura da “caixa-preta” do sistema de informações e relatórios de
122 monitoramento para que o Comitê pudesse conhecer o que vem sendo produzido
123 no âmbito das licenças e, a partir disso, conferir, discutir ou contestar. Sr. Miguel
124 retomou a situação de Jardim Gramacho, afirmando que o aterro não teria sido
125 preparado para proteger o assoalho e que, quando a maré sobe, ocorreria
126 vazamento em várias direções, e destacou a existência de termo de ajustamento
127 de conduta entre INEA e COMLURB, sem a presença da ANP, segundo sua fala.
128 Sr. Miguel ampliou a análise para outros passivos, mencionando Belford Roxo,
129 Gericinó, Marambaia, Itaoca e outros locais, destacando que o chorume não se
130 restringiria ao rio Sarapuí, mas envolveria diferentes cursos d’água e áreas da
131 bacia. Afirmou que a reunião deveria garantir resposta ao Ministério. Em seguida,
132 o Sr. Gilciney Lopes Gomes (Colônia de Pesca de Duque de Caxias) relatou a
133 situação das comunidades pesqueiras, agradeceu o convite, afirmou que
134 pescadores dependem exclusivamente da Baía para sustento de suas famílias e
135 declarou que muitos estariam morrendo em razão da contaminação. O
136 representante afirmou que, quando há presença de universidades e órgãos
137 públicos, as instituições responsáveis pelas áreas visitadas mostrariam apenas o
138 que lhes interessa, e solicitou que Ministério Público e CBH-BG realizassem visita
139 ao território com os próprios pescadores, antes de ouvir as instituições
140 operadoras, para que pudessem verificar diretamente os locais de
141 extravasamento e os impactos sobre os trabalhadores. Sr. Miguel retomou a
142 palavra e reforçou a necessidade de alinhar com o Ministério Público qual seria a
143 demanda, ajustar o encaminhamento dado anteriormente, garantir a
144 apresentação do professor Carlos Canejo e, em seguida, discutir o relatório, uma
145 vez que caberia ao Comitê encaminhar Nota Técnica e não relatório, afirmando
146 que o Plenário estava no preâmbulo de discutir o que iria para a Nota Técnica, se
147 denúncia ou outro formato, e que isso deveria ser aprofundado. A Sra. Gisela
148 Pequeno Guimarães Corrêa (MPRJ) esclareceu que a atuação do GAEMA se dá



149 no âmbito da tutela ambiental e que a diligência que envolveu a Fiocruz foi um
150 primeiro encaminhamento, com objetivo de gerar novos desdobramentos.
151 Informou que havia procedimentos específicos relacionados a Jardim Gramacho
152 e à Alegria, nos quais o Ministério Público acompanhava a possibilidade de
153 viabilidade de tratamento ou pré-tratamento, avaliando, com apoio de INEA e
154 pesquisadores, se tais práticas seriam eficazes, eficientes, compatíveis com
155 normativas em vigor ou se poderiam contribuir para danos ambientais. Afirmou
156 que a discussão sobre parâmetros e marcadores específicos de chorume é
157 relevante para permitir monitoramento robusto e avaliação da eficiência dos
158 tratamentos. O professor Carlos Eduardo Canejo (UVA) afirmou que o problema
159 do chorume não é de fácil solução, pois envolve órgãos, instituições operadoras,
160 universidades e tecnologias distintas. Defendeu a necessidade de disciplinar o
161 processo de tratamento de chorume, ressaltando que se trata de líquido tóxico e
162 perigoso, e que o tratamento em estação de tratamento de esgoto pode ser uma
163 alternativa, mas não necessariamente a melhor, dependendo de estudos que
164 comprovem a capacidade da estação. Explicou que a problemática precisa ser
165 analisada sob as perspectivas de tratamento in situ e tratamento ex situ, ambos
166 dependentes de exigências de licenciamento ambiental, e que estações de
167 tratamento de esgoto não foram originalmente projetadas para receber chorume,
168 razão pela qual é necessário definir regras claras de pré-tratamento e parâmetros
169 adequados de avaliação. Destacou que o debate deveria considerar as
170 adequações de engenharia feitas nas estações que recebem chorume, o destino
171 do concentrado das estações de tratamento in situ, a capacidade real de
172 atendimento aos padrões de lançamento e as rotas tecnológicas adotadas,
173 especialmente quanto à remoção de nitrogênio amoniacal e nutrientes. O
174 professor afirmou que o documento era importante e continha recomendações
175 relevantes, mas necessitava aprimoramento na definição das rotas técnicas e no
176 aprofundamento de informações que, segundo ele, estão nos processos de
177 licenciamento ambiental. Em manifestação posterior, o representante da
178 instituição, Sr. Sinval de Andrade Filho (Águas do Rio 4), vinculada à Estação de
179 Tratamento de Esgoto Alegria, afirmou que o tratamento do chorume
180 encaminhado ao centro de tratamento constitui uma metodologia viável, desde
181 que seja devidamente comprovada e monitorada. Informou, ainda, que o estudo
182 realizado sobre o tema encontra-se disponível para consulta. Reclamou que,
183 embora a estação da Alegria recebesse chorume, o relatório não mencionaria a
184 operação ali realizada, dando a impressão de que a instituição nada fazia ou
185 apenas recebia produto para diluir, e afirmou que isso precisava ser corrigido, pois



186 a operação teria metodologia, testes, propostas e acompanhamento técnico. A
187 manifestação também apontou que o GT não poderia se transformar em órgão
188 ambiental paralelo nem recomendar tecnologias específicas de mercado, sob
189 risco de contaminar o relatório. Foi registrado debate sobre a necessidade de
190 regulamentação de normas estaduais sobre tratamento de chorume, sendo
191 sugerido que o Comitê buscasse referências internacionais e evitasse “inventar
192 roda”, além de se concentrar em propostas regulatórias. O Sr. Daniel Bicalho
193 Hoefle (Fundação Rio Águas) afirmou que o problema é crônico e sistêmico, com
194 origem histórica, e que seria necessário monitoramento adequado, reconhecendo
195 a qualidade técnica da Fiocruz, mas ponderando sobre a necessidade de atuação
196 institucionalizada e de evolução gradual, inclusive com aumento de pré-
197 tratamento, tratamento in situ e redução de nitrogênio amoniacal. Halphy Cunha
198 Rodrigues (Águas de Niterói S.A) indicou a importância de participação da
199 Câmara Técnica de Instrumentos Legais nos trâmites, considerando a existência
200 de ações civis públicas, TACs e documentos trocados com órgãos de fiscalização
201 e controle, especialmente Ministério Público. Sugeriu que a Câmara Técnica de
202 Instrumentos Legais e a Câmara Técnica de Desenvolvimento Ambiental
203 trabalhassem em conjunto, inclusive para avaliar se o GT Chorume deveria se
204 tornar permanente no âmbito de alguma câmara técnica ou se deveria ser
205 conduzido por câmara vinculada a projetos, tendo em vista a possibilidade de
206 avaliação de projetos de tratamento de chorume. Em relação ao conteúdo do
207 relatório, Sr. Rafael concordou com pontos apresentados pelo Sr. Sinval, e
208 afirmou que as instituições também deveriam ter espaço para apresentar
209 tecnologias, resultados e relatórios, mencionando monitoramentos realizados na
210 Baía de Guanabara, pontos de profundidade e dados de impacto associados a
211 emissários e chorume, e solicitou que fossem mencionadas as medidas adotadas
212 e que os documentos fossem formalmente solicitados pelo Comitê. Sr. Miguel
213 voltou a se manifestar, afirmando que a comunicação com o Comitê e o GT
214 decorreu de denúncias feitas por comunidades e pescadores e que tais denúncias
215 foram encaminhadas ao INEA, Ministério Público e outros órgãos. Afirmou que,
216 quando o Comitê retorna ao INEA, recebe respostas sobre base legal, mas
217 reiterou que, em sua avaliação, não haveria base legal para determinadas práticas
218 e que essa resposta teria sido dada também ao Ministério Público de Caxias.
219 Afirmou que ninguém atinge o padrão de nitrogênio amoniacal, e que dizer que o
220 tratamento não chega à qualidade não seria mentira. Explicou que o relatório
221 utilizou matérias jornalísticas para dimensionar o problema e que, em visitas a
222 aterros, responsáveis por estações de tratamento teriam afirmado que as



223 unidades não performavam adequadamente em determinados parâmetros.
224 Mencionou a visita à Alegria e afirmou que foram apresentados diversos
225 elementos, inclusive uma lâmina indicando gasto de R\$ 500 mil para melhorar o
226 recebimento de chorume, e questionou se esse registro seria falso, afirmando que
227 não era. Afirmou que gostaria de aprofundar a discussão, mas que, se
228 determinada prática não tem base legal, seria necessário discutir com clareza,
229 ressaltando que a solução foi adotada como alternativa em momento em que não
230 existia tratamento, mas que atualmente existiriam tecnologias, ainda que algumas
231 importadas, e que o órgão oficial deveria ouvir as dificuldades de atingir padrões.
232 Registrou que o INEA e a COMLURB foram chamados para discutir o problema
233 desde 2018, mas que não teriam participado como esperado, e afirmou que, após
234 anos de tentativas, o Comitê não deveria ser desqualificado como se estivesse
235 produzindo relatório sem ouvir os envolvidos. Defendeu que o relatório poderia
236 virar Nota Técnica do Comitê para apontar o que está errado e encaminhar
237 propostas, e afirmou que, em sua compreensão, o problema central seria proibir
238 o que está sendo feito de forma inadequada, mencionando experiências de
239 cobertura de massa de resíduos, redução de geração de chorume e necessidade
240 de enfrentar o problema do líquido em áreas de mangue, sobretudo em locais
241 onde o assoalho não possui proteção adequada. Em seguida, a Sra. Caroline
242 Lopes Santos (Águas do Rio) informou que a legislação estadual já prevê
243 parâmetros aplicáveis e que o INEA define conjunto de parâmetros conforme o
244 processo e o efluente recebido, colocando-se à disposição para apresentar
245 resultados, entradas e saídas da estação, com dados de performance. Informou
246 que a Estação da Alegria estaria aberta a visitas e que, após visita anterior
247 mencionada por Sr. Miguel, foram feitas alterações na área de recebimento,
248 incluindo tanque de equalização para o chorume pré-tratado recebido pela
249 unidade, uma vez que a estação não receberia chorume bruto, bem como reforma
250 e substituição da aeração para aumentar a segurança operacional e a eficiência
251 no tratamento de nitrogênio. A Sr. Maria Aparecida de Souza de Resende (SMMA)
252 afirmou que a Prefeitura participa do GT Chorume desde o início, por ser geradora
253 e por reconhecer que precisa se defender, admitir o problema e buscar soluções.
254 Relatou que o município possui orçamento limitado, aterro com mais de 40 anos
255 e dificuldades para custear reparação ambiental, mencionando estudos antigos
256 que apontaram custo de R\$ 29 milhões e tentativas de obtenção de recursos em
257 programas federais, inclusive no Novo PAC, em propostas de aproximadamente
258 R\$ 30 milhões, sem êxito completo. A representante afirmou que a Prefeitura não
259 quer se omitir nem deixar de fazer a coisa certa, mas que não dispõe de recursos



260 suficientes e busca discutir com academia, instituições, técnicos e Comitê a
261 melhor forma de resolver o problema. Na etapa final, foi retomado o debate sobre
262 prazo e encaminhamento. O Sr. Halphy solicitou que, caso a Diretoria entendesse
263 necessário, a CTIL acompanhasse os trâmites de atualização do relatório,
264 inclusive para análise de documentos e interfaces com órgãos públicos. O Sr.
265 José Paulo Azevedo (UFRJ) solicitou que houvesse, no site do Comitê, local
266 acessível para disponibilização dos relatórios das câmaras técnicas e grupos de
267 trabalho, garantindo transparência sobre documentos, composição, presenças e
268 faltas. Foi encaminhado que, em até 15 dias, seriam aguardadas contribuições
269 dos relatores e interessados, que o GT Chorume se reuniria e que o professor
270 também apresentaria conclusões, para posterior avaliação conjunta do que
271 entraria no relatório. O Sr. Miguel informou que seria marcada nova reunião,
272 também de pauta única, para que as instituições pudessem apresentar o que
273 realizam em relação ao chorume.. A Presidência agradeceu a participação de
274 todos, registrou que o processo envolve confluência e discordância, o que faz
275 parte do papel do Comitê, e anunciou o encerramento da reunião. Foi informado
276 que será marcada próxima reunião também com pauta única, ainda sem definição
277 de data naquele momento, mas dentro do primeiro semestre, com o retorno
278 necessário das contribuições. Assim, quanto ao ponto de pauta “Aprovação da
279 Nota Técnica decorrente do Relatório Final do GT Chorume”, não houve
280 deliberação de aprovação da Nota Técnica na reunião, tendo sido deliberado o
281 recebimento de contribuições no prazo de 15 dias, a reunião do GT Chorume para
282 análise e incorporação das contribuições, o acompanhamento possível da CTIL.
283 Sem mais assuntos a serem debatidos, a reunião foi encerrada às 17:22.

284

285 **Encaminhamentos:**

- 286 1 - Concessão de prazo de 15 (quinze) dias corridos para apresentação de
287 manifestações, contribuições e observações relativas ao relatório;
- 288 2 - Encaminhamento das contribuições recebidas aos membros do comitê e
289 instâncias técnicas competentes;
- 290 3 - Realização futura de nova reunião com pauta específica para reapresentação
291 do relatório, análise das contribuições recebidas;
- 292 4 - Continuidade das articulações institucionais para aprimoramento da
293 transparência e organização documental do comitê.



294

295

296

297 **Representantes Presentes - Titulares do Poder Público:** Prefeitura de Magé –
298 SMMA - Maria Aparecida de Souza de Resende; Prefeitura Municipal de Itaboraí -
299 Raoni Oliveira de Souza Cardoso; Prefeitura de São Gonçalo – SEMMA - Mariana
300 Motta de Freitas; Companhia Municipal de Limpeza Urbana de Niterói - CLIN - Ricardo
301 Lúcio Picanço Portugal ;Secretaria de Estado de Ambiente e Sustentabilidade - SEAS
302 - Luiz Constantino da Silva Junior; Prefeitura de Belford Roxo - Defesa Civil - Roberto
303 Ricardo da Silva Moura; Instituto Estadual do Meio Ambiente – INEA - Marcio Franco
304 da Costa; **Titulares dos Usuários de Recursos Hídricos:** Associação de
305 Pescadores Livres de Tubiacanga - APELT - Delcio de Almeida Fonseca; Águas de
306 Niterói S.A. - Halphy Cunha Rodrigues; Águas do Rio 1 – Caroline Lopes Santos;
307 Águas do Rio 4 - Sinval de Andrade Filho; Colônia de Pescadores Z11 - Alvaro Coelho
308 Revelo; União dos Pescadores e Maricultores de São Gonçalo - UNIPESCA/SG –
309 Aline da Silva Santos; Associação de Pescadores da Praia das Pedrinhas -
310 APESCAPEDR – Carlos Luiz Espindola Veiga; **Titulares da Sociedade Civil:** Centro
311 Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca – CEFET - André Leone
312 Rigueti; IBDA - Magno Neves Barbosa; Ecocidade - Leandro Travassos dos Santos;
313 Associação de Preservação Ambiental da Lagoa de Maricá- APALMA – Flávia Lanari
314 Coelho; Associação de Caranguejeiros e Amigos dos Mangues de Magé – Ecocidade;
315 Miguel Silva - ACAMM – Rafael Santos Pereira; Assoc. Windsurf Niterói – Carlos
316 Jamel; Sindicato dos Engenheiros no Estado do Rio de Janeiro - SENGE-RJ - Jorge
317 Antônio da Silva; Conselho Comunitário da Região Oceânica de Niterói - CCRON -
318 Alexandre Carlos Braga; Associação de Pescadores do Arquipélago de Parque Rede
319 de Empreendimentos Sociais para o Desenvolvimento Socialmente Justo
320 Democrático e Sustentável – REDECCAP - Rejany Ferreira dos Santos;
321 **Representantes ausentes:** Trama Ecológica - Jacqueline Guerreiro; Defensores do
322 Planeta - Mauro André Dos Santos Pereira; Instituto Brasileiro de Direito Ambiental;
323 Associação de Windsurf de Niterói – AWN – Gustavo Sardenberg; Associação dos
324 Pescadores Praia das Pedrinhas – Bruno Alves de Veiga ; late Clube do Rio de Janeiro
325 – Maria Carolina Leitão Marinho; Prefeitura de Mesquita – Humberto Garcia; Prefeitura
326 Duque de Caxias – Frederico Nana de Castro e Stefany T; Prefeitura de Tanguá -
327 Elielson Teixeira da Silva; Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico,
328 Indústria, Comércio e Serviços do Rio de Janeiro – SEIDECs - André Luiz Medeiros
329 de Souza; Fundação Oswaldo Cruz – Fiocruz Mata Atlântica - Aliciane de Souza
330 Peixoto; Conselho Regional de Biologia – CRBio 2ª Região - Valéria Lima Marques de
331 Sousa; Sindicato dos Pescadores Profissionais, Pescadores Artesanais do Estado do
332 Rio de Janeiro - SINDPESCA-RJ Paulo Raimundo Ferreira de Souza; Águas do Rio 1



333 – Lívia Garcia Silveira; Prefeitura de São João de Meriti – Flávio Costa Fernandes;
334 Prefeitura de Nilópolis - Marcos Antônio e Gabriel dos Santos Silva; Souza Junior
335 Prefeitura Municipal Guapimirim – Wander de Souza Dias Guerra; Prefeitura de
336 Cachoeiras de Macacu – SEMA – Patrícia Nascimento Pinto Santana e João Alberto
337 Antunes Ribeiro; Rotary Club do Rio de Janeiro – Sandra Albuquerque; Ecomarapendi
338 - Vera Maria de Rossi Chevalier; Câmara Comunitária da Barra da Tijuca - CCBT -
339 Eduardo Figueira; Associação de Amigos do Museu Histórico da Cidade - AMHC -
340 Adriana de Lima Bocaiuva; Instituto Federal Fluminense - IFF - Campus Itaboraí - Luis
341 Antônio França Silva e Rondinele Moutta; Instituto de Inclusão Cultural e Tecnológica
342 - Tecnoarte - Francisco Pontes de Miranda Ferreira e Maria Emilia Medeiros
343 Nascimento; Associação dos Protetores do Mar - Andresse Maria Gnoatto e Carolina
344 Coelho da Costa Waite; Federação das Associações de Moradores do Município do
345 Rio de Janeiro - FAM Rio - Licínio Machado e João Ricardo de Mattos Serafim; Trama
346 Ecológica - Helan Nogueira da Silva; Sindicato dos Engenheiros no Estado do Rio de
347 Janeiro - SENGE-RJ – Milton Nazareno Ramos Neves; Instituto Interamericano de
348 Fomento à Educação, Cultura e Ciência – IFEC – Martha Christina Lopes Pinho dos
349 Anjos; AMADARCY – Hannah Marchon Della e Felipe Silva Lima Queiroz; Associação
350 de Windsurf de Niterói – AWN – Carlos Eduardo Goes Jamel; Marina Barra Club -
351 Liliane Lusten Prohmann e Silma Cardoso de Santa Maria; Colônia de Pescadores
352 Z11 - Santelmo Rezende de Carvalho; União dos Pescadores e Maricultores de São
353 Gonçalo - UNIPESCA/SG – Eliude Castro da; Pescadores Artesanais do Estado do
354 Rio de Janeiro - SINDPESCA-RJ; Daize Menezes de Souza; Associação Homens do
355 Mar da Baía de Guanabara - AHOMAR - Alexandre Anderson de Souza e Edinele
356 Nascimento de Oliveira; Companhia Estadual de Águas e Esgotos – CEDAE - Sheila
357 Barbosa Martins; Prefeitura de Petrópolis – Albano Batista Filho e Juliana Barreto
358 Nascimento; Prefeitura de Nova Iguaçu - Frederico Ayres Pinheiro e Edgar José Silva
359 Martins; Prefeitura Duque de Caxias João Ariel Blanco Ferreira; Fundação Rio Águas
360 - Patrícia Ney de Montezuma e Daniel Bicalho Hoefle ; Prefeitura de São Gonçalo –
361 SEMMA – Isabela de Sales Moraes; Conselho Regional de Biologia – CRBio 2ª Região
362 – Daniel de Berrêdo Viana; Companhia Municipal de Limpeza Urbana de Niterói - CLIN
363 – Vinicius Moço Lima; Secretaria de Estado de Ambiente e Sustentabilidade - SEAS
364 – Humberto Yoshiharu Salto; Instituto e Ação Socioambiental – Lorena de Abreu
365 Asevedo e Dennis Rodrigues da Silva; Colônia de Pesca Duque de Caxias – Gilciney
366 Lopes Gomes; Colônia de Pescadores Z13 - José Manoel Pereira Rebouças e Helio
367 Flamarion Saramago; Associação Livre dos Pescadores Artesanais de Guia de
368 Pacobaíba - ALPAGP - Michel Theophilo e Romildo Soares de Oliveira; Fórum
369 Nacional da Sociedade Civil na Gestão de Bacias Hidrográficas – FONASC - Uiara
370 Martins; Instituto de Desenvolvimento Socioambiental e Humano – OngBR - Jayme
371 de Oliveira Filho e Luiz Roberto de Oliveira; Movimento Democrático Afrodescendente
372 pela Igualdade e Equidade Racial – MOVIDADE – Jacineide Lemos Soares;



373 Faculdades Católicas – Renato da Silva Carreira e Ana Cristina Malheiros; Prefeitura
374 de Rio Bonito – Murilo Balbino Valgueiro e Paulo da Silva Penna; Prefeitura de Niterói
375 – Thiago dos Santos Leal; Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
376 - Núcleo de Gestão Integrada - ICMBio NGI Guanabara - Mauricio Barbosa Muniz e
377 Breno Herrera da Silva Coelho; Fundação Oswaldo Cruz – Fiocruz Mata Atlântica -
378 Priscilla Magalhães Rodrigues Lisboa; Empresa de Assistência Técnica e Extensão
379 Rural – EMATER - Patricia de Almeida Giannini; Prefeitura de Magé – SMMA - Caíque
380 Marchon da Costa Rocha e; Prefeitura Municipal de Itaboraí - Maiara José Araújo dos
381 Santos; Associação Carioca de Turismo de Aventura - ACTA - Fabio José Ribeiro do
382 Nascimento; Centro Ecumênico de Formação e Educação Comunitária – PROFEC -
383 José Carlos Dionizio; Associação de Moradores e Amigos da Freguesia - AMAF -
384 Débora Aranha e Tobias Marcondes de Carvalho Gomes. **Convidados:** FIOCRUZ -
385 ENSP - Drielly Vital dos Santos; Respira Rio - Fernanda Cubiago; FIOCRUZ - ENSP
386 - Natasha Berendonk Handam; BAÍA VIVA - BV - MC. Ulys Chaves Arouni; Sociedade
387 Civil - Gabriel Alves; UFF - Tatianne Andrade; MPRJ - GAEMA - Gisela Pequeno;
388 MPRJ - GATE - Maria José Saroldi; MPRJ - GATE - Vanessa Trindade; Sociedade
389 Civil - Luiza Oliveira; Pesine CBG - Raphaela Maciel; Universidade Luiz de Almeida -
390 Carlos Schenoldi; Partners - Ludmila Constant Bruno; Colônia de Pesca de Caxias -
391 Gilcney Lopes Gomes; Emanuel Alencar - PGPMas/RJ - Camila Carolina Bessa;
392 Sociedade Civil - Adriana Sotero Martins; FIOCRUZ/ENSP - José Paulo Azevedo;
393 UFRJ - Sérgio Ricardo Potiguara; Movimento Baía Viva - Carolina Esteves Alves.
394 **Secretaria Executiva (Agevap):** Brenno Gomes Oliveira, Carolina Martins, Henristoni
395 de Souza Pinheiro,

396
397

Rejany Ferreira dos Santos
Diretora Presidente do CBH-BG

